S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA
15 de novembro de 2023

Súmula das deliberações tomadas

1. **Comunicações:**

a) Foi deliberado prestar público louvor à Exma. Senhora Juíza Conselheira Fernanda de Fátima Esteves, Vogal deste Conselho até ao momento da sua posse como Juíza Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo, pelo modo como exerceu os dois sucessivos mandatos neste órgão, representando, a todos os títulos exemplar, os juízes desembargadores dos tribunais de segunda instância da jurisdição administrativa e fiscal.

b) Foi dado conhecimento aos membros do Conselho do teor da Informação elaborada pelo Senhor Administrador do Supremo Tribunal Administrativo referente aos trabalhos de preparação e elaboração do primeiro orçamento do CSTAF. E prestada informou que na proposta de orçamento apresentada pelo Governo à Assembleia da República, o *plafond* indicativo a considerar no OE 2024, foi fixado no montante de 2.652.879€.

2. **Atos de gestão:**

a) Deliberado ratificar o Despacho n.º 014/2023/CSTAF, de 27 de julho de 2023, relativo à nomeação como juízes de direito, em regime de estágio, dos auditores de justiça do 8.º Curso de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais e o Despacho n.º 018/2023/CSTAF, de 6 de setembro de 2023, relativo à retificação daquele Despacho.

b) Deliberado ratificar o Despacho n.º 017/2023/CSTAF, de 11 de agosto de 2023, relativo à renovação da comissão de serviço do Senhor Juiz de direito Filipe Gonçalo Duarte Carvalho Esteves das Neves como docente do CEJ.

c) Deliberado ratificar o Despacho n.º 020/2023/CSTAF, de 11 de outubro de 2023, relativo à proposta de realização de um novo curso de formação

específico para o exercício de funções de Presidente de zona geográfica dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

d) Deliberado ratificar o Despacho n.º 021/2023/CSTAF, de 16 de outubro de 2023, relativo à renovação de designações de diversos juízes como formadores nos tribunais.

e) Deliberado desligar do serviço, para fins de aposentação/jubilação, o Senhor Juiz Conselheiro José da Ascensão Nunes Lopes.

f) Deliberado determinar o arquivamento de uma denúncia anónima apresentada contra magistrado judicial desta jurisdição.

g) Deliberado homologar a lista de graduação dos candidatos do Concurso para o provimento de vagas de Juiz Desembargador das Secções de Contencioso Administrativo dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul e considerar dispensada a audiência dos interessados.

h) Deliberado homologar a lista de graduação dos candidatos do Concurso para o provimento de vagas de Juiz Desembargador das Secções de Contencioso Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos Norte e Sul e considerar dispensada a audiência dos interessados.

i) Deliberado levar ao conhecimento dos interessados, por circular, que devem, querendo, apresentar pedidos de transferência, no prazo de cinco dias úteis, com vista ao preenchimento de 1 (um) lugar vago de juiz desembargador na secção de contencioso administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, 2 (dois) lugares vagos de juiz desembargador na secção de contencioso tributário do Tribunal Central Administrativo Norte, 6 (seis) lugares vagos de juiz desembargador na secção de contencioso administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, e 8 (oito) lugares vagos de juiz desembargador na secção de contencioso tributário do Tribunal Central Administrativo Sul. E, no mesmo prazo, também devem ser apresentados eventuais pedidos de transferência para lugares que venham a surgir, posteriormente, por força do provimento daqueles ou na pendência do concurso.

j) Deliberado julgar parcialmente procedentes quatro recursos hierárquicos necessários interpostos por quatro Senhores Juízes de Direito.

k) Deliberado publicitar e fazer circular, entre os juízes jubilados da jurisdição administrativa e fiscal, para querendo, e no prazo de cinco dias úteis, manifestarem a sua disponibilidade para integrarem o Conselho de Arbitragem Desportiva do Tribunal Arbitral do Desporto.

l) Deliberado autorizar o Senhor Juiz Conselheiro Pedro Nuno Pinto Vergueiro a exercer funções docentes.

m) Deliberado autorizar o Senhor Juiz de Direito Filipe Veríssimo Duarte, a frequentar um curso de Mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

n) Deliberado fixar uma remuneração pelo exercício de funções em regime de substituição a atribuir a uma Senhora Juíza de direito, de harmonia com o disposto no artigo 29.º do EMJ.

o) Deliberado acompanhar e subscrever o projeto de proposta de alteração da Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, que aprova o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial, aprovado na sessão plenária do Conselho Superior da Magistratura de 07-11-2023, para efeitos de ser apresentado pessoalmente aos Órgãos Legislativos e a Sua Excelência O Presidente da República.

3. Classificações e notações:

a) Foram aprovadas uma classificação de “Bom”, quatro classificações de “Bom com Distinção” e uma classificação de “Muito Bom”.

4. Disciplina:

a) Foi determinado o arquivamento de uma participação disciplinar apresentada contra magistrado judicial desta jurisdição.

Lisboa, 20 de novembro de 2023.

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso